

Entrevista
Otaviano Helene

Fotos: Daniel Garcia



**“O BRASIL
SÓ GASTA
3,9% DO
PIB COM
EDUCAÇÃO.
PRECISAMOS
DOBRAR ESSE
VALOR”**

Luciana Farnesi e
Pedro Estevam da Rocha Pomar
Equipe da Revista Adusp

Ao longo do primeiro semestre de 2003, no curto período em que presidiu o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão federal ligado ao Ministério da Educação, o professor Otaviano Helene, do Instituto de Física da USP, trabalhou para que chegassem à sociedade dados mais confiáveis, reveladores da real situação em que se encontra a educação brasileira. Ele resolveu deixar o governo quando a Casa Civil interferiu, à sua revelia, em um cargo de confiança do Inep, trocando seu ocupante.

Apesar do incidente, o professor Helene — que foi presidente da Adusp em 1993-1995 e um de seus vice-presidentes na gestão iniciada em 2001, deixando o cargo ao assumir o Inep — torce pelo sucesso do governo Lula: “Esse início é uma transição entre uma situação muito difícil a que o país foi levado, em todos os sentidos (econômico, social, cultural), e espero que, a partir do final deste ano e do início de 2004, o programa de governo que foi eleito comece realmente a ser implantado”.

No entender do professor Helene, o grande problema da educação no Brasil é o financiamento: seria preciso garantir, pelo menos, gastos anuais da ordem de 7% do PIB, como previa o Plano Nacional de Educação, em dispositivo que foi vetado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Revista Adusp- Você presidiu o Inep nesse início do governo Lula, e isso produziu algumas surpresas muito interessantes, como a revelação para a sociedade brasileira de dados mais confiáveis sobre a situação do ensino no país. No entanto, deixou o cargo em um tempo relativamente curto. Então, inicialmente, gostaríamos de que você fizesse uma avaliação dessa sua passagem pelo Inep.

Helene- Dentro das funções que o Inep tem atualmente, uma das mais importantes é a geração e análise de dados sobre a situação educacional brasileira, e a divulgação desses dados com o objetivo de que sirvam para ações políticas. Essa é a grande importância de um órgão de levantamento de indicadores de educação, como o Inep. Ele tem que subsidiar municípios, estados e o próprio governo federal, e informar a sociedade como um todo sobre questões ligadas à educação.

Fizemos um grande esforço, e o Inep continuará fazendo, no sentido de divulgar o mais amplamente possível todas essas informações, e inclusive com subsídios explícitos para a tomada de decisões políticas. Essa é a grande função que vai continuar mesmo que eu tenha saído de lá. Todos os diretores permanecem, com exceção de um, e há uma unanimidade na importância de divulgar e informar adequadamente a população. Então, me parece que esse compromisso está mantido plenamente, e mesmo o Ministro

não me parece que tenha posição diferente disso. Ele também está comprometido em manter a população informada.

Revista Adusp- Você divulgou dados, por exemplo, que jogaram por terra as afirmativas do governo anterior, sobre a inclusão das crianças na escola.

Helene- Exatamente. O governo anterior, e governos anteriores, foram, para ser bonzinho, muito econômicos na hora de divulgar os dados. Divulgavam muito parcimoniosamente. E alguns dados, como

“No ensino superior, o grande problema é a expansão do setor público. Não há um problema qualitativo muito grave no setor, há um problema quantitativo do número de estudantes atendidos”

o do financiamento, não eram dados de boa qualidade. Havia, no mínimo, uma má elaboração, para não dizer uma manipulação das informações, e isso acabou desinformando a população, que durante muito tempo, por exemplo, acreditava que havia recursos suficientes para a educação formal no Brasil. E simplesmente não há, não há quantidade de dinheiro suficiente para dar conta da tarefa.

Revista Adusp- O que o levou a pedir demissão?

Helene- Foi um fato absolutamente concreto, que foi uma interferência direta em um cargo do Inep. A gente tinha uma posição lá, e já havia até uma outra negociada e, num período curto de uns dois ou três dias, fui informado de que aquele cargo, que já estava sendo ocupado por um assessor, precisava ser cedido para fazer algum acerto partidário, um acerto de governabilidade, e um belo dia, não tão belo dia assim, saiu a exoneração da pessoa, e a indicação de uma outra pessoa para o cargo, sem que eu soubesse sequer quem seria.

Revista Adusp- Sem que você tivesse sido sequer consultado?

Helene- Eu fui avisado de que eventualmente aconteceria isso. Mas nem sabia quem era a pessoa que seria indicada.

Revista Adusp- O Inep caminhava, sob o governo Fernando Henrique, para se transformar em uma agência reguladora do ensino superior.

Helene- Isso, uma agência do ensino em geral, e do superior em particular. Sim, ele seria uma agência reguladora do ensino superior.

Revista Adusp- Caberia a ele, então, regular a expansão do ensino superior, inclusive.

Helene- Só que a política do governo federal era claramente no sentido de liberalizar o ensino superior, no sentido de abrir todas as portas possíveis.

Revista Adusp- Acontece que, mesmo agora no governo Lula, nesses primeiros seis meses, a expansão continua acelerada.

Helene- A expansão continua acelerada, as normas, as leis e portarias que permitem a expansão não foram alteradas.

Revista Adusp- Mas serão?

Helene- Espero que sim. Espero que a expansão do ensino público superior venha a ser uma realidade.

Revista Adusp- O Inep tomou um passo nessa direção?

Helene- Sim, o Inep forneceu, naqueles seis meses em que estive lá, todas as informações necessárias para tomar as decisões políticas sobre a questão escolar brasileira. Vou citar alguns exemplos. No caso do ensino superior, claramente, o grande problema é a expansão do setor público, sem sombra de dúvida. Não há um problema qualitativo muito grave no setor público, o que há no ensino superior do setor público é um problema quantitativo do número de estudantes que são atendidos por instituições públicas.

No ensino fundamental, claramente, o grande problema é qualitativo. No ensino fundamental, 2% ou 3% das crianças ainda estão fora da escola e, por outro lado, os que estão na escola estão defasados, defasagem série/idade, estão em séries diferentes do que se esperava naquela idade. O atendimento é muito ruim, porque há falta de professores, tem professores sem curso superior em quantidade muito grande ainda no ensino fundamental e médio. O estudante tem mau desempenho e não existe nenhum sistema de compensação que o faça recuperar as condições de trabalho e de aprendizagem que ele teria.

E no ensino médio o problema é duplo: tanto quantitativo como qualitativo. O ensino médio é concluído por uma fração muito pequena da população, não sei exatamente o percentual agora, existe esse dado, mas da ordem de metade da população conclui o segundo grau, o que é um percentual muito baixo para a realidade mundial e brasileira. Além do mais, grande parte desses cursos são de baixíssima qualidade, são cursos noturnos, com pouca duração, o aluno sem equipamentos, sem atendimento especial etc. Então, no ensino fundamental, o grande problema, embora ainda haja questões quantitativas, é o qualitativo; no ensino superior o grande problema é o quantitativo; e no ensino médio os dois problemas coexistem.

Revista Adusp- O Provão e o Enem foram causa de polêmica durante sua passagem pelo Inep. Qual é a tendência daqui para a frente? Qual deveria ser o futuro do Provão e do Enem, na sua opinião?

Helene- O Provão tem várias falhas e uma delas é, por exemplo, a questão da divulgação da nota, como A, B, C, D, E. Espero que este ano não seja divulgado desta forma, seja dada a nota real (numa escala de 0 a 10, ou de 0 a 100) que cada curso teve no país afora, para que a população saiba realmente o desempenho real, em termos absolutos, e não comparativo, do estudantado brasileiro. Essa é uma maneira mais adequada. Vai mostrar um enorme problema do ensino brasileiro, que em algumas áreas do conhecimento é absolutamente catastrófico. O Brasil está

formando, por conta da expansão do setor privado e falta de controle que o setor público deveria fazer, gente muito mal preparada.

A outra questão bastante importante é que o único instrumento de avaliação do ensino superior que a gente tem atualmente no Brasil é um instrumento chamado de Avaliação das Condições de Ensino. Por esse instrumento, duas ou mais pessoas vão a cada um dos cursos país afora, nos cursos, não nas faculdades, curso a curso, e fazem uma avaliação de quais são as condições de funcionamento daquele curso: se tem quadro docente, se os alunos têm as aulas distribuídas adequadamente ao longo da semana, se tem biblioteca, se tem plano curricular, se tem infraestrutura específica para certas áreas do conhecimento, como laboratório e equipamento específico.

Todo curso instalado no país (de química, de licenciatura em biologia, de engenharia mecânica etc.), de todas as instituições federais e privadas, tem que passar por um processo de avaliação das condições de ensino. É ver se aquela coisa que é chamada de curso disso, curso daquilo, de fato é um curso disso ou daquilo, ver o conteúdo pedagógico, didático, educacional. Essa é a avaliação que, ainda que falha — várias pessoas e várias entidades apontam falhas grandes na Avaliação das Condições de Ensino —, é feita antes de o curso ser oferecido e durante, de tal forma que sejam oferecidos cursos adequados para a população.

Revista Adusp- A Avaliação das Condições de Ensino é feita pelo Inep?

Helene- Ela é feita pelo Inep e houve um problema muito grave no ano passado, porque a quantidade de cursos a serem avaliados era muito grande, então houve um atraso, um problema legal que fez com que algumas entidades privadas de ensino deixassem de pagar para que o Inep fizesse essa avaliação. O Inep ficou amarrado por conta de uma decisão judicial e, além do mais, não foi colocado orçamento suficiente para 2003, para que fossem feitas essas avaliações, levando em conta o fato de que havia um bloqueio judicial de cobrança.

Revista Adusp- E ao surgir o curso?

Helene- Ele recebe uma autorização preliminar — porque o curso não existe, você não pode avaliar — e começa a funcionar. Dois anos depois de ele estar em funcionamento, duas ou mais pessoas (dependendo de alguns detalhes do curso), especialistas na área, vão visitar aquele curso e fazer a avaliação das condições de ensino: se o corpo docente existe, se é titulado, se tem experiência, o conteúdo disciplinar, as ementas das disciplinas, as disciplinas que estão sendo oferecidas, como são distribuídas ao longo da semana, o equipamento, a biblioteca etc.

A partir do resultado dessa avaliação, o curso ganha autorização para continuar funcionando por um período, há toda uma normatização, são períodos mais curtos ou menos curtos, em função das condições que foram encontradas. Caso se encontrem plenas condições, o período máximo é de cinco anos. Aos pouco satisfatórios, o período

é um ano. E, se é completamente insatisfatório, o curso tem que ser fechado e os alunos transferidos para outro curso daquela mesma instituição. Essa é a avaliação que a gente precisa no país hoje, dada a realidade do nosso ensino superior.

Deixe-me só lembrar que, no caso dos Estados, essa atribuição vai para o Conselho Estadual de Educação, para as instituições públicas estaduais, por isso que nós na USP não temos familiaridade com esse procedimento. Mas, para todas as instituições privadas e federais, o procedimento de avaliação é esse. É fundamental no Brasil, porque o ensino superior está se expandindo de forma muito desorganizada, e isolada, quer dizer, de repente há um curso isolado, por exemplo, de matemática, engenharia, ou biologia, ou jornalismo em um lugar que nunca teve curso superior de coisa alguma, então nem a população tem um senso crítico para ver se aquilo que está sendo instalado lá é de fato um curso de engenharia, química, jornalismo, nem os alunos, porque na verdade eles não fazem parte de uma comunidade estudantil mais ampla, eles são os únicos alunos de ensino superior da região, ou da cidade. Então é preciso haver um tipo de fiscalização, de controle, vindo de um órgão público.

Por isso é que, no meu entendimento, essa é a avaliação fundamental. E ela foi obscurecida pelo Provão. Essa foi muito a estratégia do Paulo Renato. Quer dizer, a avaliação realmente importante na atual realidade brasileira é a avaliação das condições de ensino, e o Provão

ocupava muito espaço na mídia, e projetava pessoas, e criava polêmicas, e acabava por esconder outros processos que eram muito importantes, como por exemplo esse aí.

Revista Adusp- Houve algum tipo de pressão dentro do governo para manter o Provão?

Helene- Não, a alteração dos mecanismos de avaliação do ensino superior, e do Provão em particular, estava explícita no projeto de governo do presidente Lula. Nesse sentido, nem poderia ter pressão de dentro do governo, já que é um programa que foi eleito.

Revista Adusp- Mas, então, por quê ele foi mantido este ano ainda?

Helene- Veja só: ele foi mantido porque, simplesmente, é uma lei, entendo que foi mantido por essa razão. É uma lei nacional, que foi aprovada pelo Congresso e tem que ser cumprida. A única maneira de não cumprir isso, de não realizar o Provão, era se a lei fosse alterada. E a lei não foi alterada e continua inalterada. Foi formada uma comissão no âmbito do MEC para estudar a questão do ensino superior em particular, e dentro dessa avaliação a questão específica do Provão. Do seu relatório final, provavelmente ou certamente, vai sair uma proposta de revisão dos mecanismos de avaliação do ensino superior no Brasil. Por uma avaliação mais conseqüente, mais comprometida.

Revista Adusp- Essa proposta poderá trazer a extinção do Provão?

Helene- Sim, possivelmente. O Provão tem mostrado uma série de falhas, ele tem sofrido críticas. Além dessas críticas corretas que têm sido feitas por uma série de entidades

“A avaliação realmente importante na realidade brasileira é a Avaliação das Condições de Ensino. Ela foi obscurecida pelo Provão, que ocupava muito espaço na mídia. Essa foi a estratégia do Paulo Renato”



ligadas a movimentos estudantis, docentes etc., as entidades profissionais também têm críticas muito fortes aos mecanismos de avaliação que existem hoje no Brasil no caso do ensino superior. Aí se incluem tanto o Provão quanto a Avaliação das Condições de Ensino e a Avaliação Institucional, que é um outro mecanismo também bastante desconhecido da população. A esses três a crítica é muito forte. No caso da Avaliação das Condições de Ensino, por exemplo, no ano passado houve até uma espécie de rebelião das pessoas que iriam participar das avaliações, que se negaram, na área de medicina, a participar, porque discordavam de como era feita essa avaliação.

Então, por exemplo, o pessoal da área de medicina tem críticas muito fortes a como é feita essa avaliação. E tem explicitado essas críticas. Só que, como é um grupo

populacional relativamente pequeno, isso acaba não indo para o grande público, na imprensa. Mas existem muitas críticas desse tipo, na área de saúde em geral, de medicina em particular, mas em outras áreas também: o pessoal de engenharia também tem críticas, e quando digo “o pessoal” são as associações de curso, associações de classe, conselhos regionais, enfim, uma série de associações de pessoas que administram ou dirigem ou coordenam cursos nessas várias áreas. Existem várias associações no Brasil ligadas a essas áreas de ensino. E essas críticas normalmente não vão para a imprensa, têm sido pouco divulgadas, e são críticas muito substanciais.

Revista Adusp- E quanto ao Enem?

Helene- A origem do Enem é a seguinte: havia a perspectiva de que o Enem fosse um processo de auto-

avaliação. Que servisse para que os alunos se auto-avaliassem. Além disso, o Enem é uma prova feita não exatamente em cima de conteúdos curriculares, mas feita com base em certas habilidades, conhecimentos e competências do estudante um pouco mais amplas do que o conteúdo curricular propriamente dito. Com essa segunda característica, havia uma expectativa de que ele pudesse discriminar positivamente aqueles que seriam bons estudantes mas que não tinham tido um bom conteúdo curricular, porque estavam estudando em escolas fracas, tinham condições obje-

tivas e materiais muito ruins, muito desfavoráveis etc.

Então, havia essa dupla perspectiva. Na prática, nenhuma das duas se confirmou. Porque, como o resultado passou a ser utilizado por muitas instituições como critério de ingresso no ensino superior, os alunos fazem o Enem quase exclusivamente, ou exclusivamente, por causa do fato de que uma parte desses resultados vai pesar no vestibular. Isso é confirmado por várias evidências. Primeiro, perguntando para qualquer estudante, amigos dos nossos filhos ou dos nossos netos, nossos alunos, perguntando por que ele fez o Enem, qual a motivação pessoal dele. Eles vão responder, muito possivelmente, que foi por causa do peso no vestibular.

Outra evidência disso é que, por exemplo, na região de Brasília, como a Universidade de Brasília (UnB) não usa o Enem como crité-

rio de ingresso, o número de estudantes que fazem o Enem é muito, muito, muito menor que no restante do país. Outra é que, como até dois ou três anos atrás o resultado de redação do Enem não era usado por muitas escolas (usavam apenas o resultado do teste objetivo, com 63 questões de múltipla escolha), muitos alunos não faziam a redação, mostrando claramente que estavam fazendo o Enem porque o resultado ia pesar no vestibular.

A outra grande expectativa é de que o Enem acabasse por favorecer pessoas que foram desfavorecidas do ponto de vista de conteúdo curricular, mas que em princípio eram pessoas bem preparadas, inteligentes, motivadas. Isso também não aconteceu, e há evidências, tanto no vestibular da Fuvest como nos resultados do vestibular da Unesp, de que a correlação entre o resultado do Enem e o resultado do vestibular tradicional, que é feito com base no currículo, é completa. Quer dizer, o Enem não altera em nada o perfil do aluno ingressante. Continuam ingressando os mesmos alunos dos mesmos cortes sócio-culturais, econômicos, geográficos etc. que sempre entraram, pelo menos na USP e na Unesp.

Revista Adusp- A mídia fez especulações sobre atritos seus com o ministro Cristovam, em relação tanto ao Provão quanto ao cancelamento da licitação do Enem. Houve algum atrito?

Helene- Não. Desde que assumi o Inep, as pouquíssimas manifestações públicas claras de crítica ao

Provão eram do Inep. As únicas que eu realmente localizei na imprensa saíram da presidência do Inep. Eu não sei se isso desagradou ou não ao Cristovam. Não sei se no início ele estava totalmente convencido da necessidade de alterar esse mecanismo de avaliação do ensino superior, mas depois a gente percebeu que sim, tanto que foi feita essa comissão específica para fazer uma proposta de alteração. Então, no final do primeiro semestre ele estava absolutamente convencido

“Há evidências de completa correlação entre os resultados do Enem e os do vestibular tradicional, como Fuvest e Unesp. O Enem não altera em nada o perfil do aluno ingressante”

da importância de alterar esses procedimentos de avaliação.

Revista Adusp- O Ministro, em algum momento, manifestou para você algum desagrado com suas manifestações sobre o Provão?

Helene- Não, em nenhum momento.

Revista Adusp- Ou com a decisão de cancelar a licitação do Enem?

Helene- Também não. Inclusive, ele foi avisado antes de qual seria

o motivo do cancelamento. Havia uma dubiedade: havia um parecer jurídico, mas havia uma decisão da comissão de licitação em desacordo. Então, tinha duas propostas, e eu optei pela da comissão de licitação. Foi aberto o prazo de recurso administrativo de cinco dias e, quando houve o recurso administrativo, eu enviei o processo todo para a Procuradoria Geral Federal, que é o órgão federal encarregado de assessorar o poder executivo em suas decisões. Enfim, dei o encaminhamento que me pareceu mais legítimo e legal possível em cada momento. Depois, quando saí do Inep, ainda estava na Procuradoria. Então, a imprensa fez um pouco de alarde em coisas que não existiam, amplificou coisas que não eram relevantes.

Revista Adusp- Sua saída deve-se exclusivamente ao desrespeito nesse remanejamento de pessoas no Inep, feito à sua revelia?

Helene- Sim.

Revista Adusp- Existe algum vínculo entre o Inep e o Banco Mundial? Por exemplo, o Banco Mundial financia algum tipo de atividade do Inep?

Helene- Não. O que existe é o seguinte: os dados que o Inep gera são acessíveis a uma série de entidades, pesquisadores, associações etc. Então, várias entidades, nacionais e internacionais, pesquisadores e universidades utilizam as informações geradas pelo Inep para preparar documentos, propostas, análises, avaliações. São trabalhos acadêmicos, trabalhos científicos

e também trabalhos políticos, no sentido de orientar as políticas educacionais do país.

Revista Adusp- O Inep tem alguma área relacionada com o problema do analfabetismo? Ele age nessa área?

Helene- Ele fez nesse primeiro semestre o Mapa do Analfabetismo, que teve uma divulgação ampla. Na verdade foi uma sistematização de dados levantados tanto pelo Inep como pelo IBGE, que dá o perfil do analfabetismo no país por faixa etária, por região, por cidade, compara as diferentes situações no país como um todo, no sentido de informar aos gestores educacionais, diretores, secretários estaduais e municipais de Educação, ao próprio Ministério, qual é o perfil do analfabetismo no Brasil. O Mapa do Analfabetismo é um caderninho de umas 20 páginas, com todos esses dados, inclusive sob forma visual de gráficos, mapas, e, ao lado disso, acompanha-o um CD que tem informação município a município, detalhes do analfabetismo naquele município e da infra-estrutura para enfrentar a questão naquele município (número de escolas existentes, professores disponíveis). Isso tem servido de subsídio, espero, para que as prefeituras tomem as devidas providências e o próprio MEC também.

Revista Adusp- Quais eram suas expectativas quando entrou no Inep?

Helene- Minhas grandes expectativas eram, primeiro, que a popu-

lação fosse devidamente informada sobre a questão escolar brasileira. Isso não foi feito no passado. A população precisa saber exatamente o que está acontecendo no ensino brasileiro. As pessoas estão desinformadas. Vou dar um exemplo, que logo no início a gente divulgou, e que o Cristovam absorveu rapidamente, que é a enorme desigualdade da educação no Brasil. As pessoas, os políticos, os gestores, o público em geral, não têm noção da desproporção. Falar que a escola do pobre é uma escola de 500 reais por ano e a escola do

“Falar que a escola do pobre é de R\$ 500 por ano e a do rico é de R\$ 10 mil mostra uma grande diferença, mas sugere que não é um inferno total. Mas é um inferno total, é inaceitável”

rico é uma escola de 10 mil reais por ano mostra que a diferença é muito grande, mas passa a impressão de que, apesar de ser uma calamidade, não é um inferno total. Mas é um inferno total. Porque, além dessa diferença enormemente marcante, ainda tem o fato de que o pobre fica na escola três, quatro anos. Às vezes fica mais, cinco, seis anos, mas no fundo chega até a quarta série.

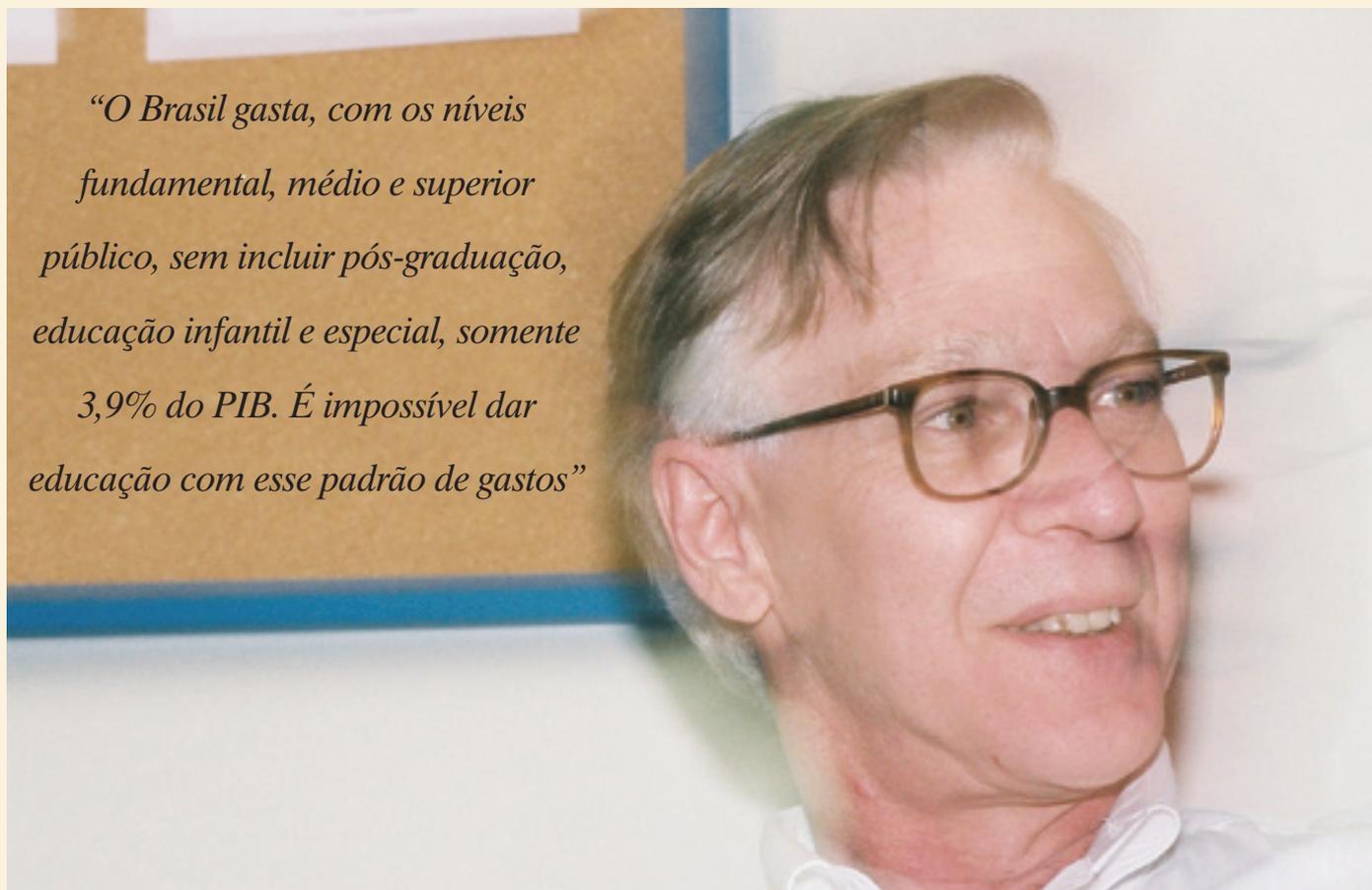
Então, o investimento que foi feito na educação escolar dele durante a vida toda foram aqueles

dois, três mil reais e acabou. O outro, de escola de 10 mil reais, começou isso na pré-escola, tem o ensino fundamental, o ensino médio, o ensino de graduação e o de pós-graduação. A hora que você somar tudo o que se investiu na educação daquele cidadão, daquela cidadã, pode-se chegar a um valor da ordem de 200 mil reais, 300 mil reais, o que torna a diferença um absurdo completo, é completamente inaceitável. E é um problema nacional.

Isso sem considerar que, normalmente, as classes médias e as classes mais favorecidas ainda têm, além da educação formal, uma série de complementos educacionais que o pobre nunca viu. São os cursos de línguas, cursos de atividades físicas, passeios educativos nas férias, atendimento psicológico, intercâmbios. Na hora em que você somar tudo

isso, a diferença é absolutamente inaceitável. O potencial de futuro dessa desigualdade, no meu entendimento, é calamitoso, porque o país de daqui a 10, 20, 30 anos é o país que hoje está na escola.

Então, esse padrão de desigualdade existente hoje estará ainda pior, daqui a 10, 20, 30 anos. A desigualdade no país está aumentando cada vez mais. Já está numa situação inaceitável, mas vai inviabilizando o futuro do país. E essa diferença, logo no início o Cristovam absorveu, ele até repetiu bastante isso em várias



“O Brasil gasta, com os níveis fundamental, médio e superior público, sem incluir pós-graduação, educação infantil e especial, somente 3,9% do PIB. É impossível dar educação com esse padrão de gastos”

oportunidades, mas é preciso ter ações políticas nesse sentido. Vou citar algumas, só como exemplo. No momento em que se nota essa diferenciação entre o aluno pobre atendido por uma escola pública ruim, na base de 500 reais por ano e, do outro lado, o aluno de classes favorecidas, com um atendimento muito melhor, a primeira coisa a fazer, me parece, é cortar todo e qualquer subsídio dado ao ensino privado.

Não há nenhum sentido em subsidiar o ensino privado, que atende tipicamente as classes mais favorecidas, enquanto o aluno da escola pública está nessa calamidade. E isso inclui — e aí vem a coisa que é completamente anti-populista — a isenção de Imposto de Renda para despesas escolares. Porque

o governo vai subsidiar uma pessoa que paga Imposto de Renda, que certamente não é um miserável, subsidiar o ensino de uma criança, um jovem, que certamente não é um miserável, enquanto, do outro lado, o pobrezinho está recebendo 500 reais por ano. Não é nem um pouco racional um país que faça isso. Correções desse tipo precisam ser feitas, e muitas outras. E mais dinheiro público em educação. Muito mais dinheiro público em educação.

Revista Adusp- Creio que esse é o problema preliminar, porque uma parte da classe média até preferiria ter os seus filhos na escola pública, mas acaba colocando-os na escola privada porque não vê uma opção de qualidade na escola pública.

Helene- Você tem toda razão.

Revista Adusp- Então, antes de pensar em terminar com a isenção no Imposto de Renda, talvez fosse melhor cortar uma parte do pagamento dos juros da dívida.

Helene- Claro. Sim, estou absolutamente de acordo com isso. Existem outros lugares em que se está perdendo dinheiro no país. Eu só estou fazendo comparações. Há uma outra conversa sobre a dívida. Mas estou aqui me referendo especificamente ao problema educacional. Falta recurso. De onde tirar recurso? É uma questão realmente bastante ampla.

Revista Adusp- Estou me referindo a isso porque nós temos ouvido várias idéias muito curiosas do Ministro como, por exemplo, passar a cobrar uma taxa de ex-alunos de

escolas públicas do ensino superior. Então, várias idéias que parecem atacar a franja do problema e não vão ao central. Por isso fiz esse contraponto.

Helene- Na verdade, não é uma proposta original do Ministro, é uma proposta que já vinha do deputado Roque, do PT do Paraná...

Revista Adusp- Mas que o Ministro em algum momento abraçou.

Helene- Isso, o Ministro abraçou, ou...

Revista Adusp- Ou flertou com a idéia.

Helene- Ou flertou, não sei exatamente. Penso que, no caso do Brasil, isso é um erro grosseiro. O ensino público tem que ser custeado pela população como um todo. E não por aqueles que “se beneficiaram” do ensino numa universidade pública. Isso é uma coisa completamente inadequada. E, no caso brasileiro, ainda inviável na prática. Parece que dois ou três países, se não me engano, Austrália e Nova Zelândia, tentam fazer ou estão fazendo isso, mas em uma situação completamente diversa da situação brasileira.

Voltando àquela questão das expectativas, uma das expectativas era essa: dar informação para subsidiar políticas públicas, especialmente no caso do financiamento. Colocar o tamanho do problema para a população e para as pessoas que fazem as políticas públicas, pois esse é o grande problema da educação no Brasil. Um levantamento recente feito pelo Inep, com informação interna, a pedido do Ministro, mostrou que o Brasil gasta, com os níveis fundamental, médio e superior público, não incluindo pós-graduação, edu-

cação infantil e educação especial, 3,9% do PIB. É impossível dar educação com esse padrão de gastos.

Revista Adusp- E qual seria a porcentagem necessária?

Helene- No Plano Nacional de Educação, a primeira proposta que surgiu, a da sociedade civil, previa um investimento de 10% do PIB. Daí veio a proposta do governo Fernando Henrique, que não fazia nenhuma referência a essa questão, e o relator propôs crescimento de 0,5% ao ano, até atingir um percentual final de 7% do PIB. Essa proposta foi vetada pelo Fernando Henrique. Então, um ponto fundamental agora é derrubar esse veto, para que, pelo menos, a gente chegue nesses 7% do PIB.

Revista Adusp- Representaria dobrar o investimento atual.

Helene- Atualmente estamos em 3,9%, algo assim. Então, representaria cerca de dobrar, num período de quatro, cinco anos, até que a gente supere os atrasos e chegue numa situação mais favorável. Isso talvez demore duas, três, quatro décadas, para a gente realmente superar essa situação que temos atualmente, e nos colocarmos como um país em condições reais de soberania e autonomia.

Revista Adusp- Quando você entrou, o *Estadão* fez alguns ataques à sua pessoa. Como você recebeu isso?

Helene- O primeiro editorial era absolutamente falso. As informações que estavam implícitas ou explícitas não eram corretas e o editorial apostava muito na ignorância da população (no caso, do leitor do jornal) de quem sou eu, de quem era a antiga presidente, e também do que era o Inep, da importância do Provão no contexto nacional. Era uma

trapalhada: desinformação sobre as pessoas envolvidas e também sobre os mecanismos envolvidos. É lamentável que um jornal faça isso, use o desconhecimento da população para divulgar sua posição.

Posteriormente, houve um segundo editorial no mesmo estilo, e eu acabei enviando ao *Estadão* um artigo que foi publicado, em que explicava detalhadamente as funções do Inep, os mecanismos de avaliação que existem, seus defeitos, seus potenciais. Foi um artigo informativo, para que o editor possa escrever melhor os próprios editoriais, e o próprio leitor possa entender melhor o que está acontecendo.

Revista Adusp- Qual é o saldo desse período?

Helene- Essa situação inicial do governo Lula é muito difícil. Ele começou mexendo em uma coisa bastante complicada, a questão da Previdência, mexendo em certas conquistas trabalhistas de um grupo muito grande de pessoas, e me parece um erro ter começado assim. Por outro lado, ouvi da Marilena Chauí uma expressão de que gostei muito: ninguém, até hoje, no mundo, saiu do sistema neoliberal. Como sair desse neoliberalismo que tomou conta do país, ninguém sabe até agora. Então, estou sendo otimista, no sentido de que estou imaginando que esse início é uma transição entre uma situação muito difícil a que o país foi levado, em todos os sentidos (econômico, social, cultural), e que espero que a gente, a partir do final deste ano e do início de 2004, comece a reverter isso e o programa de governo que foi eleito comece realmente a ser implantado.